



# O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

FOTOGRAFIA: NINO GUIMARÃES

**EDITORIAL: MOVIMENTO DE MASSAS, IMPEACHMENT DE BOLSONARO E A GREVE GERAL**

PG.2

**O ACAMPAMENTO TERRA NOBRE RESISTE PELO DIREITO À VIDA, À TERRA E À MORADIA**

PG.4

**DISPUTA NAS ZEIS DO TORORÓ: UMA HISTÓRIA DE VIOLAÇÃO DO DIREITO À CIDADE E À MORADIA QUE GANHA NOVOS CONTORNOS COM A PANDEMIA**

PG.6

**ENTREVISTA DO MOMENTO: MAURO IASI**

PG. 11

**2 DE JULHO, 3 DE JULHO E 13 DE JULHO**

PG.14

**O TRATAMENTO OFF-LABEL: CONSIDERAÇÕES SOBRE MEDICINA E LUTA DE CLASSES**

PG.16

**CANTOS À NOSSA POSIÇÃO**

PG.18

**IRACY SILVA PICAÑÇO: RECUPERANDO A TRAJETÓRIA E PRESERVANDO A MEMÓRIA**

PG.19

## Movimento de massas, impeachment de Bolsonaro e a greve geral



Foto: Nino Guimarães/PCB Bahia 24J

Por Milton Pinheiro

Uma nova situação política se apresentou na dinâmica das lutas de classes no Brasil. Um cenário fértil de mobilizações populares tem impactado às ruas diante do descalabro social operado pelo governo do agitador fascista, Jair Bolsonaro. Essa estratégia do caos controlado tem contribuído para o desemprego, gerado fome e miséria social. Nesse quadro, os preços administrados pelo governo (energia, combustíveis e saneamento básico) e a ganância da burguesia interna contribui para o avanço da inflação e para uma carestia sem precedentes nos anos 2000 que atinge os mais vulneráveis dentro da estrutura capitalista.

Todo esse arcabouço de espoliação social tem sido implementado a partir da dramática situação da crise sanitária por causa da Covid 19. Contudo, em reação ao projeto do governo, a cena política está se movimentando pela presença de centenas de milhares de pessoas nos atos políticos, manifestações e paralisações. Trata-se dos primeiros passos que comprovam o começo firme das movimentações de massas que, mesmo no patamar da etapa que nos encontramos, serve para estabelecer um freio de emergência na ampliação da lógica destrutiva do governo de extrema direita.

Os dias nacionais de luta, a exemplo do 29 de maio, 19 de junho, 03 de julho e o 13 de julho, que foi

um dia de combate às privatizações, serviram como movimentos educativos no sentido de trazer para as ruas centenas de milhares de pessoas, organizadas pelo protagonismo da esquerda socialista e pelas organizações do campo proletário e popular. É importante registrar que esses atos foram organizados e dirigidos pela esquerda que, a partir de agora, pode estabelecer, com suas ações, uma mudança na relação de forças dentro da luta de classes. O papel da esquerda revolucionária é se posicionar em melhores condições para enfrentar o combate direto entre capital e trabalho.

Para além das manifestações contidas no calendário de lutas pelo fora Bolsonaro/Mourão, precisamos construir uma férrea unidade de ação para barrar às contrarreformas, avançar na vacinação contra a Covid 19 e impor derrotas ao projeto capitalista em curso no Brasil. A construção dessa unidade de ação, frente única da esquerda com as organizações proletárias e populares, deve nos orientar para o trabalho de base com ênfase nas ações por local de trabalho, estudo, moradia: mesmo com os impedimentos gerados pela pandemia e com total cuidado sanitário.

Ações do trabalho de base devem ser dirigidas para o que precisamos fazer nos entreatos, ou seja, entre um dia nacional de manifestações e outro, o que fazer? Essa dinâmica de dias nacionais de





Foto: Rhaic, Katarine/PCB Bahia 24J

lutas, atividades nos entreatos, presença constante no trabalho de base nas mais diversas periferias, denúncias constantes dos atos criminosos do governo e muita agitação e propaganda com nosso programa mínimo, podem contribuir para o avanço do bloco proletário, popular e de esquerda, ao tempo em que pode incidir positivamente para conter a dinâmica com que a burguesia opera na institucionalidade da democracia formal e na relação de força que fomenta a questão do impeachment de Bolsonaro.

O trabalho de base, o avanço das lutas populares e a superação do déficit organizativo da esquerda podem consolidar um movimento cujo papel fundamental é a organização da greve política contra o governo de extrema direita, a burguesia e o bloco neofascista. Essa conformação tem que colocar um

freio de emergência na movimentação das hordas neofascistas e mudar o patamar da luta de classes.

A construção da greve geral, a partir da pressão das ruas, deve passar por uma ampla articulação e mediação com as Centrais Sindicais. Além disso, teremos que construir um forte e amplo movimento de base para que possamos fortalecer o trabalho na perspectiva da greve geral. Essa possibilidade, em se tornando concreta, colocará em movimento o conjunto da nossa classe e abrir uma jornada de lutas por avanços táticos e estratégicos. A classe trabalhadora brasileira poderá dar a sua contribuição na luta pela transformação do nosso continente, assim como tem se movimentado os/as trabalhadores/as do Chile, Colômbia, Peru, etc.



Jornalista responsável

**Milton Pinheiro MTB 72.595/SP**

Conselho de Redação

**Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires,  
Nalbert Antonino e Rafaela Fraga**

Editora

**Camila Oliver**

Diagramação e Capa

**João Abreu**



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

**Cristiano Ferraz, Manuella Logrado, Luiza  
Brandão, Alline Pimentel e  
Victor Montalvão Moreno**

Revisão

**Gabriel Galego e Rafaela Fraga**

+55 (71) 99299-1368

contato@omomento.org

[www.omomento.org](http://www.omomento.org)

# O ACAMPAMENTO TERRA NOBRE RESISTE PELO DIREITO À VIDA, À TERRA E À MORADIA



Foto: Rhaic Piancó/PCB Bahia

Por Cristiano Ferraz

Em junho de 2021, pouco tempo depois das eleições municipais, a população de Vitória da Conquista-BA conheceu a brutalidade do poder público municipal contra um conjunto de famílias que, em busca de terra e moradia, ocupou um terreno público na área de expansão urbana da cidade. A mando da prefeita Sheila Lemos (DEM), representante da direita fascista na cidade, agentes públicos usaram a violência para despejar trezentas famílias do Acampamento Terra Nobre, organizado pelo Movimento ASTERRAS. As famílias foram surpreendidas na madrugada fria do dia 24 de junho de 2021, em pleno feriado junino, com tratores derrubando seus barracos e destruindo seus poucos pertences e documentos. Estabeleceu-se a partir daí uma ampla campanha de solidariedade ao Acampamento. Nesse processo, a truculência fascista da prefeita e de seus apoiadores encontrou uma forte resistência do Movimento, apoiada pelo Fórum Popular e Sindical de Vitória da Conquista.

O PCB e seus Coletivos também integram o Fórum Sindical e Popular e, por meio do Bloco do Poder Popular, têm participado da reconstrução do Acampamento Terra Nobre. Para entender melhor essa situação é preciso conhecer um pouco mais sobre o município. Vitória da Conquista é uma cidade polo, localizada na Região Sudoeste, no interior da Bahia. A sua população gira em torno de 350 mil habitantes. Trata-se de uma capital regional que atende diversos pequenos municípios em seu entorno, inclusive do Norte de Minas. O seu PIB per capita é de R\$ 20.761,00 (IBGE, 2018). É uma das cidades que mais cresce economicamente no país, mas tal realidade não beneficia a maioria da população. O foco do desenvolvimento é o acúmulo de capital por parte da burguesia rural e urbana no município, que detém ali a hegemonia política e econômica. Assim, uma das questões sociais mais graves na região é o problema do acesso a terra e a



moradia. Entre 1997 e 2016, o município foi governado pelo PT que, apesar de cinco gestões, não disputou a hegemonia com a burguesia rural e urbana, tão pouco dirimiu problemas básicos das populações vulneráveis. Em 2016, o PT perdeu as eleições na cidade para o PMDB. O mesmo grupo político, organicamente aliado ao bolsonarismo, foi reeleito em 2020. Nessa conjuntura, a situação dos movimentos sociais que lutam por terra e moradia se agravou e passou a sofrer ainda mais com a truculência do Governo Municipal. A belicosidade expressa no nome da cidade não é por acaso. A ocupação de terras e a formação do latifúndio na história do município de Vitória da Conquista sempre foram mediadas por ações violentas contra trabalhadoras e trabalhadores. O problema de acesso a terra e moradia inscreve-se nesse contexto. Nos anos 1970 e 1980 a cidade ficou nacionalmente conhecida pela sua cafeicultura, setor que se expandiu de forma intensa com base na política de incentivos da Ditadura Militar. Na primeira metade dos anos 70, o município produzia em torno de 800 sacas de café, no começo dos anos 80 já superava as 13 mil sacas. A forma de expansão da cafeicultura no município implicou na concentração de terras e expulsão de trabalhadoras/es do campo. Este processo potencializou as contradições na disputa pela terra. Na zona urbana a situação ficou ainda mais grave após uma séria crise econômica nos anos 1980 e 1990, conhecida como a “Crise do Café”. Esta crise

contribuiu para que trabalhadores e trabalhadoras abandonassem o campo e se dirigissem para as periferias da cidade. Aqueles e aquelas que se deslocavam para a colheita do café no campo também sofreram com o desemprego. A reordenação econômica, que se seguiu no município a partir dos anos 1990, não contribuiu para integrar esse contingente de pessoas, pois, privilegiou a concentração de renda e a concentração da terra urbana a serviço do crescimento do mercado imobiliário e da especulação em torno dessa atividade econômica. O capital comercial e o capital fundiário migraram de forma importante para este setor e passaram a ter um papel decisivo nas políticas públicas do município, em particular no momento da virada reacionária. Este é o mapa de interesses onde está situada a ocupação do movimento ASTERRA. Para fortalecer a resistência na luta pela terra, o Bloco do Poder Popular colocou na rua uma importante campanha de solidariedade, que possibilitou a doação de cestas básicas, kits de higiene pessoal e limpeza, leite, fraldas, medicação, lona para cobertura para os barracos, roupas e agasalhos. Além dessas ações, já estão programadas, com a coordenação do Movimento ASTERRAS, formações para contribuir com a organização das acampadas e acampados no sentido de consolidar a ocupação e impor uma derrota histórica aos interesses da especulação imobiliária em Vitória da Conquista, bem representados pelo governo fascista de Sheila Lemos.



Foto: Rhaic Piancó/PCB Bahia

# DISPUTA NAS ZEIS DO TORORÓ: UMA HISTÓRIA DE VIOLAÇÃO DO DIREITO À CIDADE E À MORADIA QUE GANHA NOVOS CONTORNOS COM A PANDEMIA



Foto: Roberval Improta - Defensoria Pública

Por *Manuella Logrado*

Há cerca de 3 anos, a rua Monsenhor Rubens Mesquita, no bairro do Tororó, é palco de uma disputa judicial que mostra mais e mais o seu caráter essencialmente político. A população vem resistindo à ofensiva da Prefeitura Municipal de Salvador, que pretende desapropriar os moradores para viabilizar a construção de um Shopping Center no lugar de suas casas, próximo à Estação da Lapa, com um enorme fluxo diário de pessoas - o que aguça os interesses da iniciativa privada e da especulação imobiliária.

Apesar de essa situação ter suas raízes fixadas no ano de 2013, com a pandemia de COVID-19 e a decisão judicial proferida em março de 2021 ela vem ganhando novos contornos, desfavoráveis aos moradores da região - que agora se vêem na incontornável luta de ocupação e resistência pelo direito à cidade e à moradia em meio à maior crise sanitária enfrentada pelo Brasil.

Para entender essa disputa e as suas incongruências, necessária se faz a compreensão da natureza legal dessa área do Tororó, bem

como dos caminhos que conduziram até a atual situação, onde uma decisão judicial completamente arbitrária deixou de apreciar os diversos fundamentos propostos pela Defensoria Pública do Estado da Bahia - hoje, representante das famílias que residem no local.

Desde o início dos anos 2000, a região - hoje compreendida pela Rua Monsenhor Rubens Mesquita, que compõe a ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) do Tororó - começou a ser ocupada por diversas famílias, que foram progressivamente se instalando na localidade e criando condições de sobrevivência com recursos próprios e sem qualquer oposição por parte da Prefeitura, esta que, inclusive, se fez deveras ausente na estruturação da localidade, lentamente adequada pela população que ali começou a residir.

As casas de alvenaria construídas com muito zelo, e até mesmo a infraestrutura externa, como elementos de viabilização da circulação de pessoas e interligação das moradias, escadarias, encanamento e iluminação foram



sendo arcadas pelas próprias famílias, que ocuparam pacificamente a região. Tais fatos restam evidentes em nota técnica emitida pelo Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia (SINARQ) para compor anexo do apelo judicial da DPE/BA junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

A infraestrutura montada pelos moradores - que não contou com técnicos e urbanistas do aparelho municipal soteropolitano -, apesar de deficitária pela sua própria natureza de construção artesanal, demonstra os efetivos esforços e recursos despendidos pela comunidade para tornar a área própria a habitação. Este fato foi reconhecido pela Prefeitura Municipal de Salvador, ao classificar a região como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) através Lei n.º 9.069 de 30/06/2016, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU).

A Constituição Federal de 1988, bem como o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) trouxeram ao ordenamento jurídico uma imensa gama de princípios e instrumentos norteadores do desenvolvimento urbano, observando a dita função social da propriedade, que consiste em uma condicionante supraindividual ao direito à propriedade respeitando-se, portanto, o interesse coletivo. Deste modo, todo o desenho legal do nosso ordenamento jurídico, tendo como marco a constituição de 1988, vem no sentido de criar condições e instrumentos para que se faça cumprir a função social da propriedade dentro do contexto de desenvolvimento urbano.

Apesar do lapso temporal entre a Constituição de 88 e o Estatuto da Cidade, existe um caráter de complementação entre ambos no que tange a ideia de desenvolvimento urbano e direito à cidade, de modo que é justamente através do instrumento infraconstitucional da Lei 10.257/2001 que são instituídas as chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), como pode se ver da redação expressa do seu art. 2º:

*Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:*

*I - garantia do direito a cidades sustentá-*

*veis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia [...]*

*[...]*

*Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:*

*[...]*

*V - institutos jurídicos e políticos:*

*[...]*

***f) instituição de zonas especiais de interesse social;***

As ZEIS formam uma categoria específica de zoneamento urbano, demarcadas dentro desse espaço com o objetivo de promover o desenvolvimento da cidade conjugado à proteção da população com vulnerabilidade socioeconômica que a ocupe. Na prática, isso significa que tais zonas ganham uma proteção especial pela legislação, que também é aplicada de maneira especial, reconhecendo áreas ocupadas por população de baixa renda ou que venham a ser destinadas a programas de habitação, promovendo, assim, o princípio constitucional da função social da propriedade.

Sendo assim, quando a Prefeitura de Salvador, em 2016, ao instituir o seu Plano Diretor (PDDU) através da Lei n.º 9.069/2016 reconheceu a área contemplada pela Rua Monsenhor Rubens Mesquita como uma ZEIS, o Poder Executivo Municipal legitimou a ocupação popular que, a partir desse momento, foi revestida pela proteção do Plano Diretor.

O PDDU enuncia, inclusive, a regularização das edificações da área concluídas até a data da publicação da referida lei, conforme pode se extrair dos arts. 70º e 71º do referido diploma legal:

*Art. 70º. Fica isento da incidência de taxas municipais o licenciamento de construção, reforma, ampliação e melhoria de edificação residencial unidomiciliar, localizada em ZEIS, desde que o interessado não tenha outro imóvel no Município.*

*Parágrafo único. Serão regularizadas pelo Executivo, para fins urbanísticos, as edificações existentes nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), concluídas até a data de publicação desta Lei, observado o disposto no art. 59.*

*Art. 71º. O Executivo Municipal deverá promover a regularização fundiária - urbana e jurídico-legal - dos assenta-*

*mentos precários urbanizáveis, por meio dos seguintes instrumentos:*

*I - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);*

Em linhas gerais, o reconhecimento da região do Tororó na condição de ZEIS, implica diretamente na regularização fundiária das edificações instaladas na área da ocupação por parte do Executivo, ou seja, implica num regime especial de reconhecimento e regularização do território com o escopo de dar cumprimento ao quanto formulado pela Constituição de 88 e pelo Estatuto da Cidade no que tange as diretrizes de desenvolvimento urbano e função social da propriedade.

Contudo, apesar de a normativa clara e expressa que se extrai do PDDU municipal, o Executivo manteve-se oportunamente inerte em relação à regularização das edificações ali instaladas pela população na área identificada como ZEIS 1 nº 27, consoante com o Plano Diretor da cidade de Salvador. Isto é: existe, na essência, uma contradição entre o reconhecimento da área como de proteção especial ao desenvolvimento urbano - no sentido de um balanço das desigualdades na arquitetura e no direito à cidade, e o descumprimento à diretriz de regulação, por inércia do Executivo, quanto ao determinado no mesmo Plano Diretor que reconheceu as ZEIS do Tororó.

É nesse contexto que começa o conflito acerca da ação de reintegração de posse, movida pela Prefeitura, em face das famílias que residem na região reconhecida como ZEIS do Tororó pelo Plano Diretor Municipal.

O conflito, que traz efeitos judiciais à comunidade do Tororó em 2017, na verdade, tem sua origem no Projeto de Lei (PL) 903/2013 que tinha a intenção de conceder a Estação de Transbordo Clériston Andrade (Estação da Lapa) à iniciativa privada para controle e gestão, sendo tal projeto aprovado posteriormente em 2014 através da Lei 8.545/2014.

Com a referida lei e a consequente concessão de uso e gestão da Estação da Lapa, também veio o Decreto Municipal 25.268/2014, onde em seu art. 1º estabelece a concessão de direito real de uso dos terrenos anexos à Estação pela iniciativa privada, sem, contudo, delimitar qual área seria esta e qual a afetação de imóveis da região, sendo tais contornos apenas

apresentados no contrato nº 0001/2015 firmado entre a Secretaria Municipal de Mobilidade (SEMOB) e a empresa Nova Lapa Empreendimentos Spe S.A., através de licitação, sem qualquer indicação de mapa, tão somente através de coordenadas geográficas.

Curiosamente, apesar de o reconhecimento da região do Tororó como ZEIS e da não-definição legal da área anexa à Estação da Lapa, que teria direito real de uso concedido à iniciativa privada, o contrato firmado através do processo licitatório engloba uma área muito maior do que a que contempla a Estação da Lapa, pois concede direito real de uso de moradias firmadas antes mesmo do ano de 2014 na região, não existindo qualquer coerência entre o Plano Diretor, a Lei que estabeleceu a concessão de uso e o contrato firmado com a concessionária Nova Lapa, como pode se extrair de comparativo por ilustração realizado em nota técnica da SINARQ nos autos da reintegração de posse da referida área:



Poligonais do Contrato 001/2015, firmado entre a Secretaria Municipal de Mobilidade (SEMOB) e a empresa Nova Lapa Empreendimentos SPE/Asa e a ZEIS do Tororó

- Poligonal referente ao "Memorial Descritivo da Área de Concessão de Direito Real de Uso" (Anexo I do Contrato 001/15)
- Poligonal referente ao "Memorial Descritivo Onde está Inserida a Estação Clériston Andrade" (Anexo II do Contrato 001/15)
- ZEIS do Tororó

Fonte: Imagem de Satélite: Google Earth, 2020.  
Poligonais, Anexo I e II do Contrato 001/2015 (firmado entre a SEMOB e a empresa Nova Lapa Empreendimentos SPE/AS, 2015.

Imagem extraída de Nota Técnica da SINARQ com acesso em: [http://www.iab-ba.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Nota\\_Tecnica\\_ArqUrb.pdf](http://www.iab-ba.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Nota_Tecnica_ArqUrb.pdf)

Com a concessão de uso da Estação da Lapa à iniciativa privada por 35 anos através da Lei 8.545/2014 na figura da empresa Nova Lapa, possibilidades de exploração da área se abriram e, assim, surgiu o projeto de construção de um novo centro comercial na localidade, chamado "Shopping Estação", que aproveitaria o volumoso fluxo direto de pessoas na Estação da Lapa e seria edificado em sobreposição à parte da região das ZEIS do Tororó, conforme planta de fachada arquitetônica divulgada pela própria Prefeitura Municipal de Salvador, mesmo este sendo um local onde residem diversas famílias



há mais de 15 anos.

Diante de todas estas circunstâncias, foi movida ação de reintegração de posse da área referente à Rua Monsenhor Rubens Mesquita (ZEIS do Tororó) pela Prefeitura Municipal de Salvador no ano de 2017 contra as 47 famílias constantes em cadastro da Prefeitura. Estima-se que o impacto seja a um número muito maior do que os das famílias que integram o processo judicial, além dos prejuízos permanentes à comunidade local que tem suas raízes culturais fincadas no Tororó há mais de uma década.

O processo judicial de reintegração de posse que se iniciou em 2017, inaugurou um período de grande insegurança para a comunidade da ZEIS do Tororó, que vem, desde então, resistindo e criando mecanismos populares de união e promoção da cultura popular local, dando visibilidade à situação de completa injustiça que permeia a reintegração de posse movida pelo Município de Salvador.

O processo tramitou em primeiro grau sob o nº 057098- 23.2017.8.05.0001 na 8ª Vara da Fazenda Pública na comarca de Salvador, tendo inclusive parecer favorável emitido pelo Ministério Público em seus autos (PARECER No. 10083/2018, ID 2292660, p.15/17) ante o grave risco de irreversibilidade da medida liminar de reintegração de posse. Nesse sentido, a liminar (medida de tutela antecipada) foi negada pelo juiz de primeiro grau, pois ele compreendeu existência de posse mansa e pacífica (instituto da posse velha) pelos moradores da comunidade, e entendeu ainda que não teria a Prefeitura comprovado posse material dos imóveis, ensejando recurso do Município de Salvador ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ/BA).

Em julgamento do recurso da Prefeitura (agravo de instrumento), o TJ/BA decidiu pelo provimento do mesmo com a reversão da decisão liminar, determinando a reintegração de posse das residências da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, sob o argumento de que não há que se falar em posse velha de bem público, de modo que a ocupação indevida de bem público configura mera detenção e não posse (Súmula 619 do STJ).

A decisão por si só é contraditória com o que dispõem os diplomas legais acerca da posse em nosso ordenamento jurídico, bem como do ponto de vista de violação do direito à mora-

dia e do direito à cidade, uma vez que a própria Prefeitura de Salvador havia reconhecido em 2016 como ZEIS hoje a área que pretende desapropriar em detrimento de construção de Shopping, que beneficiará diretamente a iniciativa privada com a concessão de direito real de uso local.

O acórdão lavrado pelo TJ/BA foi objeto de incessantes recursos pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, que viu as suas teses vencidas em março do corrente ano, em meio à pandemia, eclodindo assim decisão válida, apesar de injusta e viciada, capaz de desapropriar os moradores das ZEIS do Tororó. Moradores que, agora, trabalham coletivamente em formas de resistência à decisão completamente arbitrária, que colocará diversas famílias nas ruas, demolindo seus imóveis por ínfimas indenizações, mesmo com as orientações do STF e do CNJ acerca da vedação à execução de ações de despejo durante a pandemia.

Assim, importa dizer que a execução de tal medida liminar não se confunde com o julgamento do mérito da ação de reintegração de posse, a ser julgada oportunamente, apesar de que o objeto da medida liminar em muito se confunde com o próprio mérito da ação ante a irreversibilidade da medida. Quando são demolidas casas, também são demolidas histórias, laços de vizinhança, vínculos culturais e comunitários de gente que empenhou recursos próprios não só na construção de suas próprias casas, mas também no levante de toda uma comunidade, fato este que foi muito bem retratado no documentário "Nascidos e Vivos da Fonte do Tororó" que pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=m01qXtm8FD0>.

Mesmo em um momento complexo de pandemia, os moradores seguem na estratégia coletiva de resistência, negando acordos indenizatórios individuais já que estes não conseguem contemplar a dimensão do que se está na iminência de perder com a desapropriação da ocupação nas ZEIS do Tororó. No entanto, isso não impede o capital de adentrar pela Rua Monsenhor Rubens Mesquita demolindo as primeiras casas da comunidade.

Em audiência pública realizada em 14 de julho de 2021 onde moradores, associações, coletivos, vereadores e a DPE/BA estiveram presentes, foi amplamente debatido entre os pre-

sententes os mecanismos de resistência à decisão do TJ/BA, que deferiu a liminar de reintegração de posse nos imóveis localizados na área em questão. Durante a audiência, moradores relataram a ofensiva da Prefeitura Municipal de Salvador que, dotada de todo um aparato de opressão, já iniciou processos individuais de acordo demolindo casas no local, sendo tal ação amplamente documentada pela comunidade através do canal de comunicação mantido na rede social instagram, na conta @torororesiste.

Nesse sentido, é importante chamar a atenção para a incongruência da decisão que subsidia a desapropriação dos moradores da comunidade das ZEIS do Tororó, que coexiste com orientação do CNJ quanto à não execução de ordens de despejo durante a pandemia e com determinação do STF por liminar do Ministro Luís Roberto Barroso, que suspendeu por seis meses as ordens de despejo, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse coletivas em imóveis que sirvam de moradia ou área produtiva de populações vulneráveis durante o estado de calamidade pública instaurado pela pandemia. A decisão proferida em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828, se funda na atual crise sanitária e risco de contágio em face de uma terceira onda da pandemia.

Despejar famílias, executar reintegrações de posse ou qualquer outro meio de remoção forçada de população em situação de vulnerabilidade socioeconômica de suas moradias, é manifestamente ilegal, e desvela oportunamente o privilégio do lucro acima da vida humana, das relações sociais e do interesse coletivo. É com esta tônica que a Prefeitura Municipal de Salvador, guiada por Bruno Reis (DEM), tem agido ao iniciar demolições de imóveis no Tororó, colocando em situação de insegurança e terror a comunidade que há mais de 15 anos fez daquele espaço urbano o seu lar.

Essa comunidade agora se vê, para além de todos os percalços e temores da pandemia, lutando também pelo direito à moradia digna e acesso à cidade que, fundada na injustiça e desigualdade, encontra em espaços de ocupação como a Rua Monsenhor Rubens Mesquita um mecanismo de resistência e sobrevivência nos desequilíbrios da injusta balança social e vergonhosa distribuição fundiária soteropolitana.

O desenho da disputa nas ZEIS do Tororó sempre foi de extremo desbalanço entre o aparato da Prefeitura Municipal de Salvador e a existência comunitária de pessoas que edificaram naquela rua uma vida inteira de sobrevivência, tendo seu direito à moradia reconhecido e depois arrancado pelo município tão somente em face do interesse financeiro ligado à iniciativa privada.

No atual momento da pandemia e com a decisão validada de reintegração de posse, a disputa ganha novos contornos com o início das demolições de casas contrariando as determinações do STF de maneira arbitrária e confirmando que a gestão municipal de Salvador apenas serve aos interesses dos ricos e dos empresários, e não do melhor interesse da sua população.

A estratégia da ocupação das ZEIS do Tororó é de resistência coletiva de um povo que desde muito cedo teve que batalhar e construir com os próprios braços condições de sobrevivência na Salvador que não aparece nos cartões postais, mas que é a Salvador real, de desigualdades.

O caminho de resistência permeia a existência dessa ocupação que continua aguardando definições de mérito e interpelando, através dos mecanismos institucionais, para que se faça valer as determinações de Despejo Zero do STF, resguardando o seu direito à moradia digna na pandemia, que sequer deveria ser colocado em comparativo ao interesse da iniciativa privada.

A luta da ocupação da Rua Monsenhor Rubens Mesquita é a luta pela moradia, pela cultura popular, pelo povo que resiste e vê diariamente o ordenamento jurídico sendo modelado aos interesses dos mais ricos. O Tororó resiste!



# ENTREVISTA DO MOMENTO: MAURO IASI



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Por Milton Pinheiro

**O MOMENTO - A presença de amplos setores populares e de esquerda nas ruas pode modificar a relação de força na conjuntura brasileira?**

**MAURO IASI** - Na correlação de forças em uma conjuntura um fator fundamental é a capacidade de determinar o cenário no qual se desenvolverão os fatos. Quando o cenário é o Parlamento ou a CPI, os segmentos populares já saem em desvantagem. Trazer para as ruas a contradição, expressar nossos interesses é muito importante, nem que seja para diminuir o espaço de ação dos inimigos.

Acredito que a força dos atos de rua que temos visto já produzem um efeito na correlação de forças, no entanto, precisamos ver os outros atores envolvidos e seus recursos de poder, como a grande mídia, os militares, o bolsonarismo, para realizarmos uma análise objetiva. A força dos atos ainda não foi suficiente para deslocar o eixo da contradição para fora dos es-

paços institucionais, sejam eles a CPI ou as eleições de 2022.

**O MOMENTO - Como podemos analisar o papel do bolsonarismo na luta política em curso?**

**MAURO IASI** - O Bolsonarismo não pode ser reduzido à figura patética do miliciano no poder, ele expressa algo mais profundo na sociedade brasileira, o caráter da burguesia em nosso país, os setores médios reacionários, os interesses do grande capital. Se não fosse por estas bases o miliciano já teria caído faz tempo.

A extrema direita, que encontrou um porta voz e uma personificação no triste personagem, apoia sua força em um grande ressentimento que se apresenta em um duplo sentido. De um lado temos uma classe dominante subordinada aos interesses do imperialismo, uma ridícula minoria em um oceano de miséria que teme a revolta do povo. De outro uma massa de explo-

rados que deixou de se ver como classe, manipulada por uma ideologia de livre concorrência na qual está condenada a perder sempre e tem que culpar alguém. No meio uma classe média inculta e instável que inveja a minoria rica e teme os pobres.

O bolsonarismo é a expressão política deste ressentimento que se apresenta obscurantista, irracional, preconceituoso e violento. O elogio da força, seja do mito militar ou dos aparatos policiais, são representativos desta impotência ressentida e a da busca de uma solução golpista para os impasses que em grande medida o bolsonarismo não compreende.

### **O MOMENTO - Os testes de força que o agitador fascista, Jair Bolsonaro, realiza em suas aparições nos cercadinhos da política confirmam o caminho da ruptura institucional?**

**MAURO IASI** - Bolsonaro sempre desejou uma ruptura e deixou claro isso em inúmeras oportunidades, tanto antes das eleições como no governo. Ele alenta um desejo de repetir o golpe de 1964 porque o julga, como a ideologia militar que o impregnou, salvador. Sua tática é a provocação e o tencionar dos limites para provocar uma reação. É um provocador. Entretanto, toda ideologia implica em uma dose de autoengano. Ele realmente se acredita como um salvador, um messias, mas o golpe não é apenas a expressão delirante de um personagem autoritário e desclassificado, é um recurso a serviço de interesses muito precisos na luta de classes. Em 1964, por exemplo, enquanto a ideologia agitava o fantasma do perigo vermelho e vociferava um anticomunismo típico da guerra fria, o que vimos foi um alinhamento da burguesia brasileira, do latifúndio e do imperialismo para manter o modelo econômico e seus privilégios. Hoje o grande capital, que apoia e sustenta o governo do miliciano, não aposta em uma suculação de força que rompa com a institucionalidade. Fundamentalmente por dois motivos: primeiro esta institucionalidade lhe serve e está longe de colocar em risco seus interesses, segundo que o golpe bolsonarista não traria estabilidade institucional, mas pode abrir um cenário imprevisível que não interessa aos setores dominantes.

### **O MOMENTO - O avanço da CPI da Covid 19 na identificação de crimes cometidos pelos dois eixos da pequena política brasileira, Centrão e Forças Armadas, pode gerar um movimento político mais forte na perspectiva do impedimento do presidente?**

**MAURO IASI** - Acredito que o que prevalece hoje é a intenção dos segmentos dominantes em desgastar o governo com vistas a produzir uma alternativa eleitoral em 2022. Entretanto, a gravidade dos crimes, a reação das ruas e a queda vertiginosa da popularidade do miliciano, podem criar uma situação onde o impedimento acabe por se impor. O problema é o calendário e as alternativas. Afastar o criminoso exige, por parte das camadas dominantes, a certeza de uma transição sob controle, seja com Mourão ou outra alternativa. Não se sabe qual a reação de Bolsonaro se ficar claro que será afastado, uma vez que mesmo sem condições políticas de consolidar seus planos (exatamente pela posição do grande capital e das próprias forças armadas), o miliciano pode tentar reagir com as forças que dispõe e isso é imponderável. Outro fator é o tempo, uma vez que chegando claramente à um crime de responsabilidade (e nem precisávamos da CPI para isso) deve-se apresentar denúncia, abrir um processo de impeachment, aprová-lo no parlamento e levá-lo adiante. Mesmo supondo a boa vontade de fazê-lo, este processo leva um tempo e já estaríamos em ano eleitoral, ou mesmo durante o processo eleitoral. Parece-me que prevalece a tese da fritura lenta para inviabilizar o bolsonarismo eleitoralmente enquanto se busca uma alternativa.

### **O MOMENTO - A ameaça de golpe dos militares e do presidente pode se efetuar no sentido tradicional, ou seja, com possibilidade de fechamento institucional e um Estado de exceção?**

**MAURO IASI** - Não creio, pelos motivos que apresentei. O golpe de 1964 foi apoiado diretamente pelo imperialismo e teve respaldo da grande burguesia e do latifúndio, além do apoio de amplos setores médios assustados com a propaganda anti comunista. O principal fator que faz com os cenários sejam diferentes são,





ao meu ver, que em 1964 a institucionalidade e seu funcionamento normal colocavam em risco os interesses dominantes e hoje não. O grande capital precisa muito mais de estabilidade institucional para impor seus interesses do que uma ruptura.

### **O MOMENTO - Tem um setor da esquerda que se movimenta na luta política tendo como horizonte as eleições de 2022. Essa postura pode comprometer as tarefas atuais da classe trabalhadora?**

**MAURO IASI** - Considero esta postura um equívoco. Estamos em um momento no qual há uma disputa no seio dos segmentos dominantes provocada pelo caráter do atual governo que aposta na radicalização do conflito visando uma ruptura institucional. Entretanto, esta divergência não é a respeito da pauta do grande capital (a reforma administrativa e tributária, a reforma da previdência, o arrocho sobre os trabalhadores, o saneamento financeiro do Estado, desmonte das políticas públicas, etc.) e sim sobre os delírios rupturistas e sua grossa incompetência em exercer de forma civilizada o papel de presidente da República.

Para nós não se trata de encontrar uma figura mais civilizada para executar a mesma pauta, seja na direita ou no centro-esquerda, mas de criar as condições para combatê-la e procurar reverter as medidas tomadas contra os trabalhadores e o país.

Este é o momento de radicalizar as lutas e colocar as demandas das massas populares na pauta, diminuindo o espaço para acordos e negociações de governabilidade em qualquer eventual futuro governo. As eleições serão um cenário de luta importante em 2022, mas sua qualidade depende em grande medida das lutas que fomos capazes de empreender ainda este ano.

### **O MOMENTO - Quais são os cenários possíveis diante das fortes tensões do atual cenário da luta de classes, o que fazer?**

**MAURO IASI** - Os cenários que se abrem na atual conjuntura política brasileira poderiam ser resumidos assim. No primeiro cenário os segmentos das classes dominantes que apostam no esvaziamento de Bolsonaro, conseguiriam

neutralizar seus arroubos golpistas e logariam constituir uma terceira via. Neste cenário, inicia-se um ataque à candidatura do centro-esquerda, hoje favorita buscando reunificar a direita, a extrema direita e o centro pelo apelo antipetista.

Este cenário pressupõe que a direita brasileira pactue o isolamento do atual presidente retirando deste a capacidade de reação diante de sua possível punição ou desidratação eleitoral. O problema é que o Bolsonaro se prepara para este cenário ameaçando uma ruptura, resta saber se de fato tem apoio em aparatos militares e policiais para tanto, assim como respaldo de segmentos de massa, ou estamos diante de um blefe.

O segundo cenário é que o desgaste não é suficiente para retirar o atual presidente da disputa eleitoral, nem a ofensiva jurídica e política resulta em impedimento, ao mesmo tempo em que a esperada terceira via não se efetiva. Este cenário abre duas possibilidades, de um lado uma bloqueio da reação em torno de Bolsonaro (como em 2018) para evitar a volta do petismo, ou um pacto com Lula para que este seja de fato a "terceira via" (coisa que ao que tudo indica o líder petista parece estar disposto).

Seja qual for o cenário, o papel das manifestações de massa é essencial. Não estamos preparados para enfrentar uma ruptura, assim como a esquerda tem mais dificuldades em se apresentar como alternativa eleitoral do que a própria terceira via. Nesta direção é essencial que o processo de luta neste ano encurte o espaço das manobras e acordos e coloque com clareza os interesses populares na pauta política. As lutas nos fortalecem para o enfrentamento contra a extrema direita, nos ajudam a precaver das manipulações da direita que tentará se apresentar com nova roupagem para passar a mesma pauta reacionária, da mesma forma que coloca as massas e os trabalhadores como força política que não pode ser ignorada pelo centro-esquerda em seus anseios conciliatórios.

## 2 DE JULHO, 3 DE JULHO E 13 DE JULHO



Foto: Max Haack/Bahia Notícias

Por Victor Montalvão

**Nasce o sol a 2 de julho.** Nas ruas da cidade de Salvador, as anciãs pedras portuguesas, os não tão jovens paralepípedos e os jovens edifícios já históricos começam a se aquecer. As ruas se espreguiçam, janelas bocejam. Porém é mais um dia que em todo ano não é um dia qualquer. Assim em julho é o dia 2, que **brilha mais que o primeiro**. O brilho deste dia, sem dúvidas é um brilho vermelho. Enquanto o resto do Brasil comemora a independência em setembro, julho na Bahia é um mês marcado pelo sangue derramado pelos baianos, por indígenas, pessoas negras, por mulheres. O vermelho é sinal que **neste dia** baianos e baianas derramaram seu sangue e os de seus inimigos pela independência, pelo rompimento com o voraz colonialismo português. Foi a organização e participação popular de lideranças que não devem ser esquecidas, como Maria Filipa, Joana Angélica, Maria Quitéria, que permitiram que no dia 2 de julho de 1823 qualquer baiano ou baiana poderia afirmar que **até o sol, até o sol é brasileiro**.

Não apenas um movimento por de independência política, mas também por emancipação dos grilhões da escravidão, pessoas pretas, pardas e indígenas lutaram pela sua própria liberdade, não apenas pelo país, pelos interesses políticos

e econômicos de sua já demarcada elite. Em coro, vozes ligadas às lutas populares se uniram em coro e berraram **nunca mais o despotismo**. Há de se pensar, hoje, na caótica conjuntura que estamos inseridos, como a inspiração, a memória dessas lutas cravadas no dia 2 de julho **regerá nossos corações**. Um marco de resistência histórica, não apenas pela natureza de suas vitórias, mas pelo conteúdo humano que a tornou possível. Aqui, o grito de “independência ou morte” foi proferido e vivido pela população baiana. Saímos enquanto povo certos de que **com tiranos não combinam brasileiros corações**.

O rugido baiano do 2 de julho ecoa pela história, marcado pelas típicas festividades em constante disputa desse dia. De um lado temos a manifestação das instituições, muitas delas golpistas, como é o caso dos setores das polícias e dos militares que hoje ofereceram a principal base de sustentação do governo Bolsonaro/Mourão, uma velha ameaça de uma ditadura empresarial-militar atualizada. Por outro lado, temos um dos principais momentos de manifestações populares dos mais diversos grupos políticos e atores sociais, ocupando as ruas da Lapinha até o Centro Histórico de Salvador. Ao





menos, era assim que estávamos acostumados todos e todas a experienciar esse pungente momento celebrativo da história baiana e nacional. A pandemia do COVID-19, que se iniciou aqui no Brasil em meados de abril de 2020 e já perdura por mais de um ano, modificou nosso modo de vida e de trabalho, afetando de diversas formas a classe trabalhadora brasileira e agravando ainda mais a crise nacional política, institucional e econômica.

Nesse meio tempo o Bolsonarismo se manteve presente nas ruas, fundamentado no total e absoluto desrespeito pelas vidas perdidas e pelas medidas sanitárias internacionalmente reconhecidas. Conforme o Brasil atingia a marca das mais de meio milhão de mortes registradas por coronavírus, o governo Bolsonaro/Mourão expande sua agenda liquidacionista, agora loteando cargos e verbas públicas bilionárias em troca da manutenção de uma base de apoio do centro fisiologista, que foi um dos principais alvos de crítica durante a campanha eleitoral. Corrupção na compra de vacinas, orçamento paralelo com emendas parlamentares e um bilhão de dólares para fundo eleitoral, são apenas algumas das manchetes que classificam um projeto de governo que se elegeu sendo “contra tudo isso daí”.

A aprovação do governo derrete, enquanto a esperança se aquece. O clima das ruas acompanha esta mudança de estação, bem como suas cores. Novas manifestações agora puxadas pela esquerda marcam esta mudança e lê-se num cartaz: “se o povo protesta em meio a uma pandemia, é porque o governo é mais perigoso que o vírus”. Máscaras, álcool, distanciamento são algumas das outras diferenças, tão perceptíveis quanto a diferença no conteúdo das palavras de ordem. Novo AI-5? Não. Fechamento do Congresso e do STF? Não. Vacina, pão e educação. Nessa direção, o PCB, seus coletivos e frentes de massa se somam à Jornada de Lutas pelo Fora Bolsonaro e Fora Mourão, com uma grande agenda de lutas que pretende manter as ruas aquecidas e pavimentar o caminho para o impeachment da chapa e superação dessa tentativa de fascismo à brasileira, como uma etapa essencial da revolução socialista brasileira. Primeiro, na live no dia 02 de julho no canal do Jornal O Poder Popular, no esforço de manter acesa a chama da independência baiana, ver-

dadeira independência brasileira. Com convidados especiais, camaradas representando não apenas o partido, mas também seus coletivos, como o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro e o Coletivo Negro Minervino de Oliveira, foi realizado um debate sobre a atual conjuntura e a atualidade histórica do 2 de julho. Nas falas, o resgate da luta anticolonialista presente também na resistência estabelecida contra os retrocessos nacionais bem como os estaduais. Após este aquecimento, a militância do PCB e coletivos se somou em peso aos atos de rua do dia 03 de julho, na capital e no interior. Estivemos presentes, com nossas bandeiras, nossos gritos e nossas cores em Camaçari, Ilhéus, Itabuna, Feira, Salvador, Conquista, Alagoinhas e Brumado, ampliando as organizações populares e suas manifestações. Em Salvador, o ato saiu do Campo Grande, não à toa, do Monumento Dois de Julho, onde figura o famoso Caboclo, que representa a identidade do povo brasileiro, matando o dragão da tirania que nossa conjuntura prova estar bem vivo e voraz.

A derrubada de um governo não é algo que acontece, mas que se faz acontecer. Como um motor a vapor de um grande maquinário, ele precisa ser mantido aquecido, não apenas pelas ruas e disposição popular, mas também pelo imaginário das vitórias anteriores: por isso o 2 de julho desempenha um papel tão essencial. No momento em que temos um presidente e todo um governo empenhados na aplicação de um genocídio da população indígena, a figura do caboclo erguido no mármore nos olhando de cima no Campo Grande ganha um outro significado. Olhando-o, tão distante, vemos sua figura tão imponente não apenas do alto, mas também ao nosso lado, nos e nas camaradas de luta. Luta essa que não se encerra em si mesma, e se constitui paulatinamente, num ato como o de 03 de julho ou numa panfletagem realizada no dia 13 contra a privatização dos correios. É preciso que respeitemos a força demonstrada pela população insurgente baiana, nossos caboclos e Quitérias, mantendo ecoando aquele grito contra a tirania, até que sejamos uma só voz. A voz da definitiva revolução brasileira.

# O TRATAMENTO OFF-LABEL: CONSIDERAÇÕES SOBRE MEDICINA E LUTA DE CLASSES



*Divulgação: Conselho Federal de Medicina (CFM)*

*Por Rômulo Caires*

Tem sido comum dentro de setores da esquerda um desconforto com relação ao posicionamento de diversas entidades médicas diante da multiplicação de falsos tratamentos para a covid-19. Muitas dessas entidades, como o Conselho Federal de Medicina (CFM), não tiveram até o momento nenhum posicionamento mais contundente contra as posições sem respaldo científico, também chamadas por Bolsonaro de “tratamento off-label”. Após insistir por muito tempo em deixar em aberto a questão do chamado “kit covid”, recentemente o próprio Ministério da Saúde reconheceu, em documento enviado à CPI da covid no Senado Federal, que tais medicamentos são ineficazes contra a doença. O documento não chama atenção pelo conteúdo em si, mas pelo momento específico em que foi divulgado. O que teria determinado o Ministério da Saúde recuar em uma tática tão importante da máquina ideológica bolsonarista? Tratou-se de uma maior elucidação científica ou outros fatores interagiram nesse processo? Como avaliar a posição das entidades e da categoria médica diante do genocídio em curso?

Antes de falar diretamente do Ministério da Saúde caberia tecer alguns comentários sobre a entidade que regula a profissão médica no Brasil. Em abril de 2020 o CFM se manifestava sobre o que se convencionou chamar de “tratamento precoce”, tema amplamente debatido e pesquisado no início da pandemia de covid-19. Nesta época já havia estudos indicando a ineficácia de medicamentos como cloroquina, hidroxiclороquina e ivermectina no tratamento da doença. O CFM, apesar de não contraindicar absolutamente esse tipo de tratamento medicamentoso, exigia cautela e criticava o uso desordenado e sem critérios. Em janeiro de 2021 a situação foi outra. Quanto mais a ideia do “tratamento precoce” era desautorizada pelo debate público mais o CFM criticou a “politização” do enfrentamento da covid-19. Enquanto no início de 2020 se

podia falar da eficácia de medidas de prevenção da disseminação da doença, em 2021 a entidade se dizia assustada em notar que “todas as medidas de prevenção, até agora, parecem ter impacto reduzido na disseminação dessa doença”, acusando a “politização criminosa em relação à pandemia entre apoiadores e críticos do Presidente da República”. Não aparecia mais nos documentos lançados pelo conselho a ênfase na validade universal de medidas de distanciamento social ou a necessidade de avançar na política de vacinação contra a covid-19. Se antes se pedia cautela com a superestimação dos benefícios do “kit-covid” agora o CFM defendia a “autonomia absoluta dos médicos” na escolha do tratamento.

Analisar a atuação do CFM durante a pandemia requer algumas elucidações prévias. Fundada em 1951, a entidade é um braço institucional do Estado com a função de fiscalizar e normatizar a prática médica no Brasil. Desta forma, o seu núcleo operativo refletirá tanto a conformação atual do Estado brasileiro como também a situação da categoria médica no país. A gênese do Estado burguês no Brasil repõe a condição de um país subordinado ao antigo sistema colonial a partir da subjugação ao imperialismo em expansão. Em seus desdobramentos históricos, tal conformação estatal esteve desde sempre muito mais interessada em criar mecanismos de intensificação da superexploração da força de trabalho e do aparato repressivo do que criar uma rede de proteção e desenvolvimento de condições básicas para a sua população. A autocracia burguesa consolidou assim uma verdadeira “máquina de moer gente”, para lembrar a famosa expressão de Darcy Ribeiro. Muito mais do que uma contingência sem qualquer interação com o passado brutal da realidade brasileira, o descaso completo que marcou a atuação governamental na pandemia de covid-19 no Brasil é também a expressão da intensificação de determinações já postas em nossa formação histórica.





Estando embebido nessa rede de determinações de longa duração e influenciada pela ascensão do bolsonarismo em diversos setores da população brasileira, não se constitui grande surpresa a negligência do Conselho em se posicionar a favor de reais medidas de contenção da pandemia e insistir por tanto tempo em deixar a questão na conta da “autonomia absoluta dos médicos”.

Cabe agora, ainda que muito sucintamente, reconstruir as tendências que operam na atual categoria médica brasileira. O trabalho médico foi durante um grande período histórico no Brasil marcado pela atuação “liberal”, ou seja, desvinculada de certas coerções do assalariamento propriamente dito e dos mecanismos de precarização das relações de trabalho. Em sua maioria esses profissionais advinham de setores mais enriquecidos e com melhores condições de vida, refletindo uma tendência “aristocrática” na profissão. Tal fato começa a se modificar com a industrialização e aprofundamento das relações capitalistas no país. A saúde passa a ser cada vez mais uma mercadoria de grande importância na economia brasileira ao mesmo tempo que se inicia um período de piora das condições de vida dos trabalhadores médicos. Derivam desse processo diversas contradições que possibilitaram inclusive uma maior politização da categoria. Considerando as últimas décadas, podemos notar, por exemplo, uma crescente sindicalização dos trabalhadores da medicina. Há que se lembrar também o papel fundamental de muitas figuras ligadas a medicina, que participaram ativamente da Reforma Sanitária e das lutas que constituíram o Sistema Único de Saúde, não raro com presença importante de comunistas. Pulamos então para a primeira década do século XXI. A construção do SUS foi também seguida de radicalização do desmonte dos direitos trabalhistas no Brasil. Os trabalhadores da saúde, inclusive os médicos, foram uma das primeiras categorias a sofrer com os processos de terceirização. Atualmente são poucos os médicos que ainda se enquadram no que chamamos de “trabalho liberal”, sendo uma grande maioria de assalariados e mais recentemente com número crescente de terceirizados (processo que alguns chamam de “pejotização”). A crise política e econômica vivenciada no Brasil, especialmente após 2013, trouxe ainda novos fatores para essa equação. Em íntima ligação com a guinada a direita de amplos setores das chamadas “classes médias”, vários estratos da categoria médica foram se afastando das pautas progressistas. Foge da proposta deste texto analisar detidamente o programa Mais Médicos inaugurado pelo governo Dilma Rousseff, inclusive em seus pontos problemáticos, porém cabe destacar que esse programa gerou ampla insatisfação na categoria. Assim, podemos sintetizar de forma breve que o refluxo da Reforma Sanitária brasileira, o processo de desmonte do SUS, o incremento cada vez maior do assalariamento, com perda massiva de direitos trabalhistas, e finalmente algumas políticas do governo petista compõem um quadro que pode explicar o atual crescimento e hegemonia de setores bolsonaristas na categoria médica.

Ao observar as denúncias de “politização” das questões de saúde, que segundo o CFM deveriam ser tratadas por

setores “técnicos”, podemos tirar algumas conclusões. A primeira e mais evidente é que a acusação de politização “do outro” serve apenas para mascarar a real agitação política que a extrema-direita vem fazendo dentro das entidades médicas. Tem sido constante por parte do conselho defender a “autonomia absoluta” dos médicos diante do “tratamento precoce”, mas nada é dito sobre as constantes denúncias de assédio sofrido por médicas e médicos em todo o Brasil, muitas vezes coagidos a prescrever o “kit-covid” sob o risco até de perderem seus empregos. A defesa de uma suposta “neutralidade” dos profissionais, como também a defesa de medidas arbitrárias em nome da “ciência” deve nos alertar para o fato de que não basta falar em nome da ciência para se fazer ciência de verdade. Mesmo a formação médica, com toda a sua carga de conteúdo, não garante uma autêntica formação científica. Na verdade, muitos que falam em nome da técnica e da ciência estão apenas tentando enunciar uma racionalidade de protocolar, livre inclusive das determinações sociais que compõe qualquer fenômeno ligado a vida humana. Sabemos bem após mais de 500 mil mortes por covid-19 que a “doença” não é um fenômeno neutro, mas também expressa as marcas dos processos sociais e das lutas de classe no país. O recuo do Ministério da Saúde em relação ao “kit-covid” não representa algum tipo de iluminação momentânea, mas tem direta relação com a retomada das lutas de massa no país, que confrontaram o obscurantismo das palavras de ordem bolsonaristas, como também a pressão exercida pela CPI da covid, especialmente após vir a público o escândalo de corrupção da Covaxin.

Neste sentido, muito mais do que apostar em algum tipo de fatalismo na situação dos médicos brasileiros se faz necessário aprofundar na gênese histórica da categoria, suas mutações internas, como também a sua abertura para processos emancipatórios. A defesa do “tratamento precoce” tem sido utilizada como verdadeira máquina ideológica da política bolsonarista com o intuito de frear as medidas comprovadamente eficazes no combate a pandemia (vacinação e distanciamento social) e mostra mais uma vez que o complexo da saúde não evidencia apenas questões de ordem “técnica”, mas sintetiza também questões de ordem ideológica. Aqueles que falam em nome da saúde também enunciam um conjunto de medidas que conduzirão a vida de muitas pessoas, com vastas consequências de ordem social e política. Cabe às forças de esquerda tomar consciência das contradições presentes na categoria médica e retomar as proposições classistas. Organizar os médicos em sindicatos combativos, estimular a politização em direção a um projeto emancipatório e reivindicar pautas no sentido de avançar onde a Reforma Sanitária não foi capaz de fazer, ou seja, avançar na modificação estrutural da sociedade brasileira rumo à construção de um programa socialista para a saúde.

## CANTOS À NOSSA POSIÇÃO (AO 02 DE JULHO QUE LEVA UM GRITO DE GUERRA E FAZ ESTUDAR OS ELEMENTOS)

*Por Ana Karen*

02 de julho de Maria Felipa  
Pescadora, marisqueira, direção  
Força e coragem  
Batalhão de 200 mulheres negras da Bahia  
Tupinambás e Tapoias  
Arco, flecha, remos,  
Chumbo e pólvora adquiridos na calada da noite  
E o elemento chave, organização  
Que levaram ao fundo do mar 40 navios

02 de julho que não iniciou e não acabou no 02 de julho

Canto de guerra, preparação, pinta o rosto  
Se disfarça na mata,  
E ao mesmo tempo canta o mais alto que puder  
Estronda os ouvidos, enche – os de medo  
Demonstra força  
Não perde o foco do inimigo principal  
Quem disse que não lutamos?  
1555 – 1673 Guerra dos Aimorés  
1617 – 1621 Levante dos Tupinambás  
Serra do Padeiro, Cacique Babau

02 de julho que não iniciou e não acabou no 02 de julho

Resiste, avança, não para  
Aquilomba, Mocamba, não aceita o açoite  
Se destrói, reaparece  
Organiza a produção, não descansa na defesa  
Monta guerrilhas, move – se nos caminhos  
Alianças, uniões ( índios Mongoiós )  
Traça com precisão a posição das forças  
Quilombo do Rio Vermelho (1629 - ?), Buraco do Tatu (1744 -1763)  
Urubu da guerrilheira Zeferina (1826)

02 de julho que não iniciou e não acabou no 02 de julho

Se hermana, interioriza, insurge no Recôncavo  
Defende a Serra Preta e os mocambos do sertão  
Ensaia, aprende, colhe os erros, prepara a revolta



Foto: Paul R. Burley

maior  
1808 - Revolta dos Assuiás  
Só é o primeiro ciclo!  
Ataca as entradas, destrói as roças, incendeia o Iguape  
Concentra na direção principal, precisa parar a produção - engenhos  
1814 - Levantes de Maragopipe e Cachoeira

02 de julho que não iniciou e não acabou no 02 de julho

Canta, monta trincheiras, aprende quem é o inimigo  
Apreende todas suas contradições  
Possibilidades de deslocamentos das frações  
Analisa a situação de classe e suas posições  
Retoma toda a experiência anterior  
Compreende o movimento do movimento, mesmo em movimento  
Traça táticas, para todas as cartas que podem aparecer na mesa  
Façamos os ensaios, mostremos nossas forças, aglutinemos mais força  
Não percamos as janelas  
Para as ruas, porque amanhece o 03 de julho!

Ana Karen, militante do PCB e da Unidade Classista em Feira de Santana, Sec. Política Nacional do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro  
03 de Julho, Feira de Santana - BA

*\*O título da poesia remete ao livro " Canto à Nossa Posição", do poeta - guerrilheiro salvadorenho Roque Dalton*



## IRACY SILVA PICANÇO: RECUPERANDO A TRAJETÓRIA E PRESERVANDO A MEMÓRIA



Por Aline Pimentel

Nos últimos anos muito se produziu sobre memórias de militantes dirigentes homens do Partido Comunista Brasileiro, dando conta de suas histórias, feitos, obras e trajetórias. No entanto, ainda lacunar é o conhecimento sobre a base feminina das comunistas brasileiras. Nesse sentido, recuperar a memória, a história, a identidade dessas mulheres é um ofício ainda latente à historiografia brasileira. A trajetória aqui brevemente contada diz respeito a Iracy Picanço, professora primária durante a juventude, militante comunista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e das entidades estudantis baianas durante o golpe e o regime empresarial-militar.

Iracy Silva Picanço nasceu em 1939 na cidade de Salvador. Filha de mãe e pai baianos, durante suas entrevistas em vida, abraçou suas origens como sendo “filha das camadas proletárias”. Sua posição de classe foi um elemento que pressionou o mundo do trabalho a estar presente desde muito cedo em sua vida por força das

próprias necessidades materiais. Aos doze anos no bairro da Liberdade, onde nasceu, já era professora leiga, profissão que seguiria durante toda a sua história. No entanto, foi especificamente a partir do ingresso mediante concurso na Escola Antônio Bahia em 1959 que Iracy deu seus primeiros passos na inserção efetiva na luta política; a compreensão das dificuldades de acesso das classes proletárias à educação pública e às irregularidades administrativas em relação à educação primária foram situações que tiveram implicações diretas na tomada de consciência e consequente organização sindical na Sociedade Unificadora dos Professores Primários. Aliado a isso, o ingresso na universidade no curso de pedagogia foi o segundo fator de impulsão à organização partidária e à militância no Movimento Estudantil entre 1959 e 1962.

O movimento estudantil foi na vida de Iracy o seu lugar de atuação na política baiana. Quando em 1959 Iracy ingressou na Universidade da Bahia (UBA)<sup>1</sup> para cursar pedagogia, foi

<sup>1</sup>A Universidade da Bahia foi federalizada em 1965 quando passou a chamar Universidade Federal da Bahia.

logo alvo de recrutamento por algumas organizações estudantis. Iracy escolheu militar entre as fileiras da Juventude Comunista do Partido Comunista Brasileiro. Durante a sua militância no PCB atuou pelo Diretório Acadêmico de pedagogia, pela União dos Estudantes da Bahia (UEB) e pela União Nacional dos Estudantes, onde participou ativamente da construção e execução do famoso Centro Popular de Cultura (CPC) na Bahia. O envolvimento de Iracy no CPC baiano se deu mais fundamentalmente nas ações voltadas ao programa de alfabetização. Professora há alguns anos, Iracy já havia participado da campanha de alfabetização dos trabalhadores da limpeza e da cozinha no Hospital das Clínicas Edgar Santos, além disso, já havia sido aluna de Paulo Freire na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tendo, portanto, domínio do método utilizado pelo CPC em suas campanhas de alfabetização.

O golpe militar de 1964 e o regime subsequente vão atingir duramente Iracy na sua vida profissional. Ela já iniciava a vida docente na Universidade da Bahia em março de 1964, a convite do diretor da Faculdade de Filosofia, José Calasans. No entanto, foi atingida pelo AI1, e por isso teve seu contrato com a UBA mantido em suspensão, sem a assinatura do então reitor Albérico Fraga. Nos primeiros momentos do golpe, Iracy teve os irmãos presos, a casa invadida, seus livros apreendidos, precisou do refúgio na casa de amigos e parentes e foi, ainda em 1964, junto a seu irmão Pedro Castro indiciada no inquérito que apurou as atividades do CPC e apontada como membra do PCB. Por isso, foi posta na lista de inimigos do regime, e assim como boa parte da militância na época, teve que se deslocar na clandestinidade para outro estado, no caso de Iracy, para São Paulo.

No seu retorno de São Paulo já em 1965, foi atingida pelo AI-2 e, portanto, esteve oficialmente demitida do Estado, onde era concursada. Cassada, sem direito ao seu emprego, fruto de concurso, recorreu ao exílio no Chile, onde viveu por um ano. Mesmo diante desse afastamento, assim que esteve de volta ao Brasil, ainda foi alvo da fiscalização constante das forças repressivas que a convocaram diversas vezes para demarcar essa vigilância. Por fim, foi afetada por uma terceira demissão, quando a

pressão da ditadura e da repressão obrigou Miguel Calmon, Governador do Estado, a afastá-la da elaboração das reformas administrativas de 1971, do cargo de Técnico da Comissão de Planejamento Econômico.

Passados algumas décadas desse período em que a vida de Iracy seria atravessada pelo fato de ser comunista em cada passo dado, em suas memórias com relação ao PCB muitos elementos positivos e apaixonantes eram pungentes. Em todas os materiais analisados para esse trabalho, estava ela sempre pronta para defender o PC (como se referia na maioria das vezes), seja nas críticas ao stalinismo ou mesmo na composição social e de identidades do partido. Quando se referia aos legados dos quais mais se orgulhava da sua vida militante, destacava o aprendizado do viver coletivo e a importância da formação.

*Eu brinco que nada melhor foi na minha vida do que o bom tempo em que o partido era semilegal. E como essa vivência foi significativa, não a nego, ao contrário, eu hoje brinco em certas instâncias onde estou, quando o trabalho coletivo é difícil por exemplo, numa reunião quando fala todo mundo ao mesmo tempo, eu bato a mão e digo 'Olhe! Eu fui disciplinada no Partido Comunista, todos têm direito a voz, no entanto disciplinadamente todos ouvem quem fala e se toma a decisão coletiva para que possa ser assumida pela maioria'. Acho que isso e muitas outras coisas a vivência no partido comunista me deu.*

Sempre muito emocionada ao falar desse momento em sua vida, a professora, acadêmica e militante que sofreu duramente os impactos do período seja por perseguições, inquéritos, demissões ou tortura psicológica, faleceu em 2019 se considerando uma vencedora, não somente pela ascensão social e prestígio que alcançou, mas também por ter sido comunista durante praticamente toda a sua vida. Hoje dá nome a uma das células do Partido Comunista em Salvador: a Célula de Educação Popular Iracy Picanço. Em depoimento na décima segunda oitava da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, realizada no dia 20 de maio de 2014, no auditório da Faculdade de Comuni-



cação, Iracy Picanço registrou o desfecho da sua própria história

*Uma outra questão que para mim é muito importante para situar a minha presença nesse período é que eu na verdade tenho muito claro de que eu não sou vítima da ditadura. A despeito de todo processo que vivi, a mim, minha família, que vi na sociedade, que lutei contra, não me sinto vítima. Eu brincava agora com o professor Othon Jambeiro e ele me disse "vitoriosos". Eu não tinha chegado até aí, mas vítima eu não me sentia.*

O projeto "Pelos Veredas da Memória Trajetória Política e Resistência De Iracy Silva Picanço (1959-1966)" tem apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia), via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal.

-- #premiofundacaopedrocalmon; #leialdirblancbahia; #programaaldirblcancbahia.

